

Comissão apura violência contra presidiária

Direitos Humanos fará audiência pública para investigar o caso da jovem que foi presa em cela com 20 homens. Kátia Abreu defende prisão de todos os envolvidos. Serys propõe que grupos de senadores vá ao Pará em busca de esclarecimentos. **Página 4**

Consultor sugere que BC regule o mercado de cartões de crédito

A fim de evitar abuso de poder econômico provocado pela concentração do setor, o Banco Central poderia ser o órgão regulador do mercado de cartões de crédito. A sugestão é do consultor do Senado Paulo Springer de Freitas em debate sobre o assunto. **Página 6**

Projetos sociais vão receber R\$ 1,2 bilhão da Petrobras até 2012

A Petrobras prevê investimento de R\$ 1,2 bilhão em projetos sociais até 2012, informou ontem Luiz Fernando Nery, gerente de Responsabilidade Social da empresa, durante audiência pública conjunta de duas comissões do Senado. **Página 7**

PTB anuncia sua saída do Bloco de Apoio ao Governo no Senado

Mozarildo Cavalcanti leu ontem em Plenário nota oficial em que o PTB anuncia seu desligamento do Bloco de Apoio ao Governo no Senado – reduzido agora a PT, PR, PSB, PRB e PCdoB. Entretanto, o partido permanece na base parlamentar governista. **Página 2**



Senadores e deputados participam da sessão do Congresso que acolheu abertura de créditos



José Maranhão (D) recebe do deputado Cláudio Vignatti o relatório final do Plano Plurianual

Congresso aprova crédito. Relatório do PPA aumenta receita em R\$ 42,3 bi

O Congresso aprovou diversos créditos especiais e suplementares para ministérios, órgãos públicos e empresas estatais. Já na Comissão Orçamento, o senador José Maranhão recebeu relatório que reestimou a receita orçamentária do PPA para o período 2008-2011 em mais R\$ 42,3 bilhões, que se somam a R\$ 955,7 bilhões previstos. **Página 5**



Tião Viana acredita em entendimento para votar CPMF e regulamentação da Emenda 29

Tião Viana quer evitar convocação para votar CPMF

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou ontem que espera o encerramento dos trabalhos legislativos deste ano até 22 de dezembro. A expectativa é votar a prorrogação da CPMF e a regulamentação da Emenda 29, que estabelece um novo esquema de financiamento da saúde pública. No Plenário, os senadores José Agripino, Kátia Abreu e Raimundo Colombo defenderam a rejeição da CPMF, sob o argumento de que o superávit de arrecadação de R\$ 36 bilhões até outubro deste ano torna desnecessária a contribuição para os cofres públicos. **Páginas 2 e 3**

O presidente interino afirma que esforço dos partidos deve tornar desnecessário funcionamento da Casa durante o recesso parlamentar

Viana acredita que Senado pode votar tudo até dezembro

O presidente interino do Senado, Tião Viana, está se esforçando para que a Casa não precise ser convocada para trabalhar no recesso e aposta que, até 22 de dezembro, estarão encerrados os trabalhos legislativos de 2007. Ao chegar ontem ao Congresso, foi indagado sobre a possibilidade de autoconvocação do Senado para trabalhar no período de recesso.

– Acho que não devemos trabalhar com essa hipótese ainda. Nós temos um tempo legislativo que permite a votação da CPMF. Nós temos matéria da maior importância para o país, como a lei complementar à Emenda 29, que depende apenas do voto do Senado para o Brasil ter mais R\$ 7,7 bilhões para melhorar as condições de saúde do seu povo. Então penso que o tempo legislativo



Viana: destinação de mais R\$ 7,7 bi para saúde depende apenas do Senado

é favorável a que nós possamos construir o entendimento e votar as matérias ainda no exercício legislativo que temos.

Tião Viana também foi indagado sobre o risco de a prorrogação da licença do senador Renan Calheiros até 29 de dezembro

alterar a agenda dos trabalhos legislativos, como admitem vários senadores.

– Isso não altera o seu calendário?

– Em nada. Acho que a decisão do senador Renan diz respeito única e exclusivamente a ele. Há senadores da oposição, como Demostenes Torres [DEM-GO], que afirmam que o propósito da oposição é, sim, embolar o caso Renan com o caso da CPMF, o que eu não acho razoável, não acho correto. Mas acho que um julgamento sobre ética, que envolve a consciência de cada parlamentar sobre um sentimento de justiça, deve estar devidamente separado do assunto CPMF, que é um assunto do Estado, que é um assunto de interesse direto do governo e da sociedade.

Rito da sessão de Renan ainda será definido

A secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, está preparando um estudo jurídico para subsidiar o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), na definição do rito a ser seguido na primeira sessão aberta para julgamento de um mandato de senador – justamente o do presidente licenciado da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). O exame da primeira representação por quebra de decoro contra Renan, em 12 de setembro, foi feito em sessão secreta, com a garantia da palavra ao representante (PSOL), ao representado (Renan) e a cada senador

que desejasse se pronunciar.

– Sendo a primeira sessão aberta, mas com voto secreto, teremos que examinar o regimento e os códigos de Processo Civil e Penal para definir o rito, já que se trata de uma matéria disciplinar e não legislativa – disse ontem Cláudia Lyra.

Ela explicou que é preciso encontrar naqueles dois códigos, assim como no Regimento Interno do Senado, as correspondências que permitam dar à votação a segurança jurídica que esse processo demanda.

No exame das matérias legisla-

tivas, seguindo o artigo 14 do Regimento, lido o parecer do relator, abre-se a discussão e faculta-se a palavra a cada senador, por dez minutos, seguindo-se os encaminhamentos de votação e, ao final, a votação aberta. O mesmo ocorre nas sessões abertas, mas com voto secreto, para a escolha de embaixadores e membros de missões diplomáticas.

– Não há como fazer analogia entre a sessão para exame do mandato e aquela para a escolha de embaixadores, porque a última é de cunho meramente administrativo.

Mozarildo anuncia que PTB não faz mais parte do bloco de governo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu ontem em Plenário nota oficial na qual o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) anuncia seu desligamento do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal. Com isso, o bloco fica reduzido ao PT, PR, PSB, PRB e PCdoB. Entretanto, de acordo com a nota, o PTB permanece na base parlamentar do governo, “reafirmando compromisso com a governabilidade”.

– Só assim o partido poderá atuar com maior independência e conforme suas decisões internas – disse o senador.

Mozarildo aproveitou para criticar o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, por declarar recentemente que “quem não gosta da CPMF são os sonegadores”.

– Então a maioria dos brasileiros são sonegadores? Eu não gosto da CPMF e não sou sonegador! – assinalou.

Mozarildo afirmou que o PTB “adota e recomenda posicionamento contrário ao aumento de impostos”. Quanto à CPMF, o



Mozarildo lê nota do PTB anunciando saída do Bloco de Apoio ao Governo

senador explicou que o partido decidiu aguardar as deliberações da executiva nacional, que se reúne na próxima quarta-feira.

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou que considera um gesto natural do PTB retirar-se do Bloco de Apoio ao Governo e manter-se independente para votar como quiser. Mesmo isso acontecendo às vésperas da votação em que a Casa vai decidir se prorroga a cobrança da CPMF, Viana disse que a decisão dos trabalhistas não afetará em nada essa deliberação plenária.

– Sair do bloco não quer dizer sair do governo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão não-deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, é destinada a pronunciamentos de parlamentares. De caráter não-deliberativo, não há votações de projetos. Entre os senadores inscritos para discursar na tribuna estão Gerson Camata (PMDB-ES) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

“Amazônia sobre Trilhos”

A Rádio Senado apresenta hoje, às 18h, o programa Reportagem Especial, com o tema “A Amazônia sobre Trilhos”, que mostrará a história da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que liga Porto Velho a Guajará-Mirim. Esse programa é uma homenagem aos cem anos de início da construção da ferrovia, que tinha como objetivo facilitar o escoamento da borracha até o oceano Atlântico. Reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Edison Lobão e Mão Santa

José Múcio é novo titular de Relações Institucionais

O deputado José Múcio (PTB-PE), que ocupava a liderança do governo na Câmara, é o novo ministro de Relações Institucionais. Ele assume no lugar de Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG), que pediu demissão para se dedicar integralmente à sua defesa.

Com outras 14 pessoas, Mares Guia é acusado pelo procurador-geral da República de participar de esquema de desvio de verbas para financiamento da campanha de Eduardo Azeredo e do empresário Clésio Andrade ao governo de Minas Gerais em 1998.

Ao anunciar seu afastamento, Mares Guia se manifestou "indignado" com a denúncia e afirmou que não pôde se defender. "Recebi com indignação a notícia de que o procurador-geral da República acusou-me de atos que não cometi e sob os quais jamais fui ouvido", disse o ex-ministro.



Eduardo Azeredo rebate denúncia feita pelo procurador-geral da República no STF

Azeredo diz que não houve mensalão em Minas Gerais

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) divulgou nota à imprensa ontem negando acusações feitas pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, de prática de crimes de peculato e lavagem de dinheiro no caso que ficou conhecido como mensalão mineiro.

A denúncia contra Azeredo, apresentada por Antônio Fernando de Souza na quarta-feira perante o Supremo Tribunal Federal (STF), inclui ainda outras 14 pessoas, como o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia.

O senador disse que não houve "mensalão" em Minas Gerais. "A campanha eleitoral de 1998 foi feita pela empresa Duda Mendonça (DM). A SMP&B não foi por mim contratada. A agência produziu parte do material de campanha e eventos, já que o então candidato a vice-governador havia sido sócio da empresa", explica Azeredo.

Agripino afirma que contribuição é prejudicial ao país; Kátia Abreu sustenta que este é o melhor momento para se extinguir o imposto; Raimundo Colombo pede reforma tributária



Raimundo Colombo cobra a adoção no Brasil de sistema tributário mais justo



José Agripino lembra que o superávit da arrecadação já superou a receita da CPMF



Kátia Abreu diz que FMI atribuiu o baixo crescimento do país à carga tributária

Senadores do DEM defendem rejeição do imposto do cheque

A rejeição da proposta que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) voltou a ser defendida em Plenário pelos senadores José Agripino (RN), Kátia Abreu (TO) e Raimundo Colombo (SC), todos do DEM. Líder do partido na Casa, Agripino sustentou que o tributo é "prejudicial ao país".

Ele citou dados da edição de ontem do jornal O Globo, indicando um superávit de arrecadação de R\$ 36 bilhões até outubro deste ano. Com a CPMF, no mesmo período, foram arrecadados R\$ 30 bilhões, afirmou.

– O governo insiste em cobrar a CPMF e insiste em dizer que ela é fundamental para investimentos, para o Bolsa Família e para a saúde. Por que ele insiste em dizer isso, se está havendo um excesso de arrecadação que ele não previa? – questionou.

Agripino defendeu ainda os quatro pesquisadores afastados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) por "discordarem da política de gasto público do

governo" e exigiu a realização de audiência pública com o atual presidente do órgão, Márcio Pochmann, e o ministro Mangabeira Unger (do Núcleo de Planejamento Estratégico da Presidência). Requerimento nesse sentido foi apresentado por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Lanterna

Kátia Abreu, cujo parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) propondo a extinção do tributo foi rejeitado, também mencionou o aumento da arrecadação total do governo nos dez primeiros meses do ano.

– Este é o melhor momento para abrir mão dos R\$ 40 bilhões [receita estimada da CPMF para 2008] em favor da sociedade brasileira. O Brasil não pode ficar na lanterna dos países em desenvolvimento – assinalou.

Segundo a senadora, dos 19 países analisados no relatório de novembro do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a América Latina, o Brasil ficou em 17º lugar no ranking do crescimento, registrando, de 2003 a 2006, um

avanço de 2,6%. Ela atribuiu o mau resultado à alta carga tributária.

"Carga absurda"

Raimundo Colombo afirmou que o país precisa acabar com o imposto do cheque e definir um modelo tributário "mais justo". Para o senador, a reforma deve organizar e modernizar o sistema tributário do país.

– Basta de CPMF! Chega de imposto! Vamos derrubar essa contribuição, avançar como sociedade e construir um novo modelo tributário mais simples, eficiente e justo, que retire das costas do povo brasileiro essa carga absurda de impostos – conclamou o senador.

Colombo também criticou o presidente Lula por ter feito declarações em apoio ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

– É realmente preocupante o apoio que esse ditador tem de parte da classe política brasileira. É absurdo querer considerar como normal, como regular, como comum o que está acontecendo na Venezuela.

ACM Júnior classifica de expurgo o afastamento de economistas

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou, em discurso, o afastamento dos economistas Fábio Giambiagi, Otávio Tourinho, Gervásio Castro de Rezende e Régis Bonelli do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A medida, disse, teria sido determinada pelo novo presidente do órgão, Márcio Pochmann.

– Curiosamente, todos eles são críticos da administração econômica do governo. Todos eles contrários aos aumentos,

cada vez mais acentuados, dos gastos com custeio. Mais do que aparelhamento do Estado, o que presenciamos foi, repito, um expurgo – sustentou.

Antonio Carlos Júnior disse que o afastamento dos economistas é "deplorável sob todos os aspectos, recriminável em outras circunstâncias e ainda mais grave por se dar em um órgão criado para pensar o Brasil, avaliar e acompanhar as políticas públicas implantadas pelo governo".



ACM Júnior diz que os quatro técnicos eram críticos da política econômica do governo

– Infelizmente, a política do pensamento único, tão comum em regimes antidemocráticos, mas que se esperava não mais existir no Brasil, voltou a mostrar suas garras nesse episódio.

História do Senado disponível em site

A população já pode ter maior aproximação com os acontecimentos históricos do Senado. A Secretaria de Arquivo da Casa inaugurou ontem uma página na internet para a divulgação de seu acervo, com arquivos desde a primeira sessão ordinária do Senado do Império (1826). O endereço é <http://www.senado.gov.br/sf/senado/sarq/default.asp>.

Participaram da solenidade de lançamento do site o senador Paulo Duque (PMDB-RJ), o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e o diretor da Secretaria de Arquivo, Francisco Maurício da Paz.

Centro brasileiro em Oxford pode fechar

Augusto Botelho (PT-RR) comunicou ontem o iminente encerramento das atividades do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, na Inglaterra, por falta de apoio financeiro do governo brasileiro e da iniciativa privada para o quinquênio 2007/2012. O senador disse que o orçamento anual do centro é de cerca de US\$ 600 mil e para o quinquênio seriam necessários US\$ 3 milhões. O centro brasileiro mudou-se para algumas salas dentro do Centro de Estudos Latino-Americanos e deixará de existir em 2008 se não conseguir os recursos, frisou.

Maciel homenageia Aloísio Magalhães

Marco Maciel (DEM-PE) homenageou ontem a memória do artista plástico Aloísio Magalhães, que completaria 80 anos em 2007. Aloísio nasceu no Recife em 1927 e faleceu na Itália em 1982. Formado em Direito, mas fortemente voltado para as artes visuais, conforme destacou o senador, o artista atuou em diversas áreas como cenografia, figurino, artes plásticas e gráficas e em atividades didáticas e de pesquisa, principalmente nas artes gráficas. O senador ressaltou que Aloísio deu uma contribuição ao país numa área em que este não havia ingressado, o design.

Serys propõe que senadores se desloquem ao Pará a fim de investigar agressão; Kátia quer prisão de envolvidos; Suplicy lê esclarecimentos de governadora

Comissão vai investigar caso de jovem presa com homens

Os senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovaram requerimento do presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), para a realização de audiência pública que discutirá crime cometido contra uma jovem no estado do Pará. Ela ficou detida por 30 dias em uma cela com cerca de 20 homens na cidade de Abaetetuba, na região metropolitana de Belém. Segundo denúncias, a adolescente teria sofrido agressões e abuso sexual no período em que ficou presa. A audiência pública ocorrerá na próxima ter-

ça-feira, às 9h.

Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA), Mesquita Júnior (PMDB-AC), Romeu Tuma (PTB-SP) e Patrícia Saboya (PDT-CE), ao repudiarem o crime, ressaltaram a necessidade de apuração das responsabilidades. Os parlamentares manifestaram-se durante audiência pública promovida pela CDH, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foram debatidos os programas sociais da Petrobras.

Ao declarar sua confiança quanto às providências tomadas

pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, do PT, para punir os responsáveis pelo episódio, Suplicy informou que a governadora havia enviado nota aos senadores dando conta das medidas adotadas até aquele momento para apurar o crime.

Patrícia Saboya também registrou sua confiança em Ana Júlia e a certeza de que o crime será investigado com rigor. A senadora manifestou sua indignação e apelou às autoridades e à sociedade para que reajam contra a violação de direitos de crianças e adolescentes.

Suplicy lê ofício em que governadora afirma ter adotado providências



Na nota lida por Suplicy, governadora diz que não compactua com ilegalidades

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem, em Plenário, correspondência em que a governadora Ana Júlia Carepa presta esclarecimentos sobre a prisão de uma jovem que teria sido detida 30 dias em cela com outros 20 presidiários. No ofício, a governadora informa

que determinou às corregedorias da Polícia Civil e do sistema penitenciário do Pará a abertura de processo disciplinar para apurar responsabilidades e corrigir as distorções.

“Os procedimentos realizados já são de conhecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público de Abaetetuba, que acompanham de perto as providências adotadas pelos órgãos do sistema de segurança pública”, observou a governadora na correspondência.

Ana Júlia assegura que o governo do Pará “não compactua com práticas ilegais” e que “o Estado brasileiro deve inverter a lógica perversa que marca as prisões brasileiras, segregando e promovendo violências ao apenado, para se transformar num espaço de recuperação do ser humano”.

Kátia Abreu cobra demissão sumária de todos envolvidos

Kátia Abreu (DEM-TO) cobrou a demissão sumária de todos os envolvidos no episódio da prisão da jovem que teria ficado detida na cela com homens.

– Em nenhum momento da história houve uma situação dessa natureza, nem na Idade Média ou no nazismo – disse.

A senadora informou ter solicitado ao presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), a realização de au-

diência pública para ouvir os responsáveis pelo ocorrido. Também propôs que senadoras e deputados encaminhem um documento de repúdio às autoridades.

Kátia Abreu criticou a titular da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire, que ainda não teria se manifestado a respeito do caso. A parlamentar atribuiu o silêncio da ministra ao fato de a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, ser do PT.



Serys encaminha requerimento pedindo que senadores acompanhem caso

Serys quer posição firme do Senado diante do episódio

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) encaminhou ontem requerimento à Mesa, pedindo a criação de comissão de senadores visando acompanhar, no município de Abaetetuba, estado do Pará, apuração de crime contra a jovem colocada em cela com 20 homens por cerca de um mês pela delegada de polícia civil Flávia Verônica.

Na justificativa de seu requerimento, Serys argumenta que o Senado Federal tem a obrigação de se posicionar firmemente sobre o caso, constituindo uma comissão que proponha medidas com o objetivo de evitar que a barbárie fique impune. Ela defende ainda a punição rigorosa dos responsáveis e não apenas o afastamento dos cargos que ocupavam.

Congresso na campanha pelo fim da violência contra a mulher

O Congresso realiza na próxima quarta-feira, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, sessão especial conjunta para marcar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro. A data, definida no 1º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, no ano de 1981, em Bogotá, na Colômbia, é uma homenagem às irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa), que foram assassinadas durante a ditadura de Leônidas Trujillo, na República Dominicana.

A data faz parte da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, que inclui outras três celebrações: o Dia Mundial de Combate à Aids (1º de dezembro); o dia 6 de dezembro, que registra

o massacre de 14 estudantes que foram assassinadas, em 1989, em Montreal, no Canadá, por um homem que dizia que as mulheres eram responsáveis pelos fracassos dos homens; e o Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

O objetivo da campanha é envolver o governo e a sociedade na busca de soluções para a violência de gênero. Internacionalmente, a campanha é realizada desde 1991, em 135 países, e coordenada pelo Center for Women's Global Leadership.

No Brasil, o movimento começa mais cedo, em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, para dar visibilidade a dupla violência sofrida pelas mulheres negras: racismo e sexismo.

Valadares aponta necessidade de uma política nacional de segurança

Durante sessão conjunta do Congresso Nacional, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu ontem que o Brasil crie uma política nacional de segurança. Para ele, essa seria a melhor forma de evitar problemas como as seguidas rebeliões em presídios de todo o país, a exemplo da que ocorreu na última semana em Pernambuco.

– Não é possível continuar com a política social apenas focal, apenas presa a um item ou dois e, muito menos, concentrar-se apenas no Bolsa Família. É essencial abrir o leque, é crucial enxergar os sintomas como os que acabo de mencionar – alertou.

Valadares elogiou a atitude, que classificou de prudente e cautelosa, do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, diante da crise. De acordo com o senador, a rebelião foi dominada sem disparo de um único tiro.

O parlamentar apontou como causa maior das rebeliões a superpopulação carcerária. Para exemplificar, lembrou que o primeiro presídio a rebelar-se em Pernambuco foi o Aníbal Bruno, que conta com 3,9 mil detentos em um espaço que só poderia abrigar 1,4 mil. Na Fundação da Criança e do Adolescente do município de Abreu e Lima, 150 jovens se



Para Valadares, “é preciso investir pesado na educação e na inclusão social”

amotinaram. A instituição tem 309 menores, mas a capacidade da unidade é de 98 pessoas.

Na opinião do senador, a superpopulação carcerária é um problema que atinge todo o país e que repetidamente “estoura”. Conforme Valadares, “já passou da hora de nossos governantes desenvolverem uma política nacional em relação a esse problema”. Ele acredita que essa política teria que ser preventiva.

– É preciso investir pesado na educação e na inclusão social. Presídios superlotados são sinal de duas coisas: primeiro, que a sociedade não oferece oportunidades sociais suficientes e nem chances para uma boa educação. Segundo, que é inaceitável empilhar 600 seres humanos ali onde deveriam caber cem ou 150.

Leopoldo Silva



Segundo Mercadante, *La Nación* reconhece a conversão do Brasil em grande potência

Mercadante ressalta elogios de jornal argentino à economia brasileira

A visão que os argentinos têm do Brasil é o que falta ao debate político atual, afirmou ontem o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ao citar reportagem do jornal argentino *La Nación* analisando e elogiando o desempenho da economia brasileira e o comparando com o desempenho da economia argentina.

Na reportagem, disse o senador, o jornal reconhece a conversão do Brasil em uma grande potência com atrativos para os investidores estrangeiros, graças ao esforço de governos sucessivos para manter uma estabilidade nas políticas públicas, que chamaram de “três pês”: política de Estado, perseverança e paciência.

“Esses três ‘pês’ seguiram os passos de dirigentes políticos tão opostos, quanto Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, e o caminho que terminou por levar o Brasil a jogar como importante e decisivo parceiro internacional. Os tempos em que a Argentina podia comparar-se com seu vizinho, como

competidor, ficaram para trás já há algumas décadas. Agora, o avanço do país é absolutamente extraordinário”, leu o senador.

Mercadante disse que o crescimento econômico brasileiro incomoda uma elite que nunca soube repartir o que o país produz e que achou que teria o monopólio político.

Sérgio Zambiasi anuncia ajuda do governo para o Rio Grande do Sul

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou que o governo federal sinalizou ontem com a possibilidade de ajuda ao Rio Grande do Sul, que enfrenta uma crise financeira. O senador participou, pela manhã, de reunião da bancada gaúcha com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, da qual participaram ainda a governadora Yeda Crusius e o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Aod Cunha, para debater a situação do estado.

Para o senador, é hora de a União solidarizar-se com o Rio Grande do Sul, que, em outras épocas quando o governo federal não dispunha de recursos, investiu com verbas próprias em rodovias federais. Ele estimou que o governo estadual gastou mais de R\$ 1 bilhão em estradas federais, além de ter alocado recursos na compra de terras para a reforma agrária e no pólo petroquímico. O



Zambiasi: estado nunca foi ressarcido por despesas com rodovias federais

estado, afirmou o senador, nunca foi ressarcido por ter despendido essas quantias.

Zambiasi também lamentou que o presidente Lula tenha vetado integralmente a lei aprovada pelo Congresso regulamentando a profissão de supervisor educacional. Ele disse que, apesar de a matéria ter tramitado durante sete anos, os articuladores políticos do governo não trabalharam para impedir sua aprovação.

Paulo Paim: verba federal irá garantir 13º de servidores gaúchos

O governo Lula vai avalizar um empréstimo de mais de R\$ 1 bilhão que o governo do Rio Grande do Sul tomará junto ao Banco Mundial (Bird). Também repassará R\$ 200 milhões, em dezembro, para o estado pagar o 13º salário do funcionalismo público. A informação foi dada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que participou, ontem, de encontro no Ministério da Fazenda que reuniu o ministro Guido Mantega, a governadora Yeda Crusius e a bancada gaúcha, entre outras autoridades.

Em pauta estava a crise econômica que o governo estadual está enfrentando. Outro ponto debatido que implicou avanços na negociação foi o pedido dos gaúchos de fazer um encontro de contas entre os débitos que o estado mantém com a União e vice-versa. Paim registrou que, se depender do ministro Mantega, o acerto será feito.



Paim afirma que governo Lula vai avalizar empréstimo de mais de R\$ 1 bi com o Bird

– Apostei muito nessa negociação, e continuo apostando. Acredito que vamos avançar mais ainda para encontrar uma saída para a crise financeira que o Rio Grande enfrenta. O ministro também se comprometeu a trabalhar junto ao Ministério da Infra-Estrutura a liberação de recursos para atender as famílias que perderam suas casas e lavouras na recente grande chuva de granizo que caiu no estado – disse Paim.

Presidente da CMO recebe relatório do Plano Plurianual

Deputado Vignatti, relator do PPA, diz que o plano tem por meta conter gastos correntes e de custeio, como as despesas do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público da União

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), recebeu ontem o relatório final do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2008 a 2011. O relator, deputado Cláudio Vignatti (PT-SC), que reestimou a receita orçamentária do PPA – orçamentos Fiscal e da Seguridade – em mais R\$ 42,3 bilhões, previu que o seu relatório deverá ser votado pela CMO já na próxima terça-feira, e pelo Plenário do Congresso Nacional no dia 4 de dezembro. Esse valor representa um acréscimo aos R\$ 955,742 bilhões inicialmente previstos pelo Executivo para o PPA.

Vignatti salientou que o PPA para 2008/2011 tem por meta conter gastos correntes e de custeio. O relatório fixa, por exemplo, a diminuição das despesas do Legislativo, do Judiciário, e do Ministério Público da União (MPU) de 0,24% em 2008 para 0,19% em 2011. Em contrapartida, prevê aumento das despesas para os benefícios previdenciários: de 7,24% do PIB em 2008



Vignatti entrega documento a José Maranhão: comissão deve votá-lo na próxima terça

para 7,79% para 2011.

O relatório de Vignatti determina ainda que o Congresso irá acompanhar e avaliar toda a execução orçamentária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para tanto, o governo, de quatro em quatro meses, terá que detalhar ao Congresso o andamento das obras. Mais: propõe que o Executivo mantenha atualizado, na internet, o conjunto de informações necessárias ao acompanhamento do programa.

O senador Francisco Dornelles elogiou o trabalho do relator.

– O deputado Cláudio Vignatti

fez um trabalho excepcional em relação ao PPA, extremamente metódico e lança as bases para que o Orçamento da União nos próximos quatro anos possa ser elaborado com maior segurança.

Transparência

O presidente da CMO informou que o relatório do Orçamento Geral da União deverá ser votado até o dia 21 de dezembro. O senador observou que, pela primeira vez, a comissão trabalhou “de forma transparente”, seguindo normas estabelecidas na Resolução 1 de 2006, que definiu novas regras de funcionamento do colegiado.

Congresso aprova créditos especiais e suplementares

O Congresso aprovou ontem diversos créditos especiais e suplementares para ministérios, órgãos públicos e empresas estatais. Entre as matérias acolhidas está o PLN 42/07, que abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor das empresas do Grupo Petrobras, crédito suplementar no valor de R\$ 8,3 bilhões. O mesmo projeto reduz o orçamento de investimento de empresas daquele grupo em R\$ 5,8 bilhões.

Já com a aprovação do PLN 44/07, foi aberto crédito especial ao orçamento de investimento

para 2007 no valor de R\$ 1,18 bilhão, em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), de empresas do Grupo Petrobras e da Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás).

Seguridade

Foram abertos ainda créditos no Orçamento de Seguridade Social em favor de diversos órgãos, como por exemplo R\$ 910 milhões para os ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego (PLN 57/07) e mais R\$ 116,6 milhões para esses

dois ministérios e ainda para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (PLN 52/07).

Outro projeto aprovado – PLN 55/07 – abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar de R\$ 69,8 milhões em favor dos ministérios da Justiça e da Defesa. Parte dos recursos do Ministério da Justiça será destinada à aquisição de equipamentos de informática para a Polícia Federal, a programas de combate à violência e à impunidade, e à ampliação de vagas nos presídios.

José Cruz

Segundo estudo de Paulo Springer apresentado na Consultoria Legislativa do Senado, atuação do Banco Central evitaria abuso de poder econômico por concentração do setor

Consultor sugere que BC regule mercado de cartões de crédito

O Banco Central (BC) poderia ser o órgão regulador do mercado de cartões de crédito, a fim de evitar casos de abuso de poder econômico provocados pela concentração do setor. A sugestão é de Paulo Springer de Freitas, consultor legislativo do Senado, que apresentou ontem estudo intitulado "Mercado de cartões de crédito no Brasil: problemas de regulação e oportunidades de aperfeiçoamento da legislação".

– Esse é um setor grande e em expansão – afirmou ele, acrescentando que as "bandeiras" Visa, Mastercard e American Express detêm mais de 90% do mercado nacional.

Springer ressaltou que a concentração desse mercado não ocorre apenas no Brasil, mas também em vários outros países. No entanto, apesar de atentar para os riscos da concentração, ele ressaltou que eventualmente ela "pode ser eficiente". O consultor observou que a regulação do setor é realizada em países como Austrália, Holanda e Itália.

O Banco Central seria, de acordo com Springer, "candi-



Springer sugere que Congresso transforme operadoras em instituições financeiras

dato natural" a órgão regulador dessa indústria, já que "há uma interface entre esta e os bancos". Springer destacou ainda que o Banco Central já supervisiona algumas atividades do setor, como as relativas à concessão de crédito e ao sistema de pagamentos. Além disso, o consultor afirmou que montar uma nova estrutura de regulação teria um alto custo e não produziria "ganhos evidentes".

Springer lembrou que somente o presidente da República tem a prerrogativa de conceder ao Ban-

co Central o poder de regular todo o mercado de cartões de crédito. Por outro lado, ele apontou uma alternativa no âmbito do Legislativo: o Congresso Nacional pode determinar que os participantes do setor sejam considerados instituições financeiras, o que os colocaria sob a competência do Banco Central.

Ao final da apresentação de Springer, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) declarou que o estudo elaborado pelo consultor "servirá de base para nossa atuação parlamentar".

Projeto diferencia preços nas compras em dinheiro

O projeto de lei que permite aos comerciantes fixar diferentes preços em suas vendas – conforme sejam feitas em dinheiro ou com cartão de crédito – foi discutido no Senado ontem, em reunião da qual participaram o autor da proposta, Adelmir Santana (DEM-DF), consultores legislativos da Casa e representantes do Banco Central e do setor privado.

O senador afirmou que, ao autorizar os lojistas a diferenciar seus preços, os consumidores seriam beneficiados, pois poderiam pagar menos quando pagam à vista. Ele disse que, quando não há diferenciação, quem paga em dinheiro acaba bancando parte dos custos das transações com cartão de crédito – o que representaria uma espécie de "subsídio cruzado" para os consumidores que usam o cartão.

Mas a proposta (PLS 213/07) vai contra a interpretação que o Ministério da Justiça faz do Código de Defesa do Consumidor. Em nota divulgada em 2004,



o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, subordinado ao ministério, considerou abusiva a cobrança diferenciada para esses mesmos casos. A nota também cita resolução que avalia como irregular os acréscimos de preço nas aquisições feitas com cartão de crédito, já que essas transações seriam caracterizadas como compras à vista.

O presidente da Visanet e diretor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito

e Serviço (Abecs), Antonio Rios, disse ter restrições à diferenciação de preços, porque isso poderia estimular a sonegação de impostos. Segundo ele, os comerciantes seriam tentados a cobrar menos em vendas não contabilizadas, já que cheques e cartões de crédito permitem um rastreamento maior por parte do fisco.

Lojistas e taxas

Adelmir Santana protestou ainda contra as taxas que os estabelecimentos comerciais têm de pagar às administradoras de cartão de crédito, declarando que elas "são extremamente altas". O presidente da Visanet reconheceu que "o modelo brasileiro carrega mais o custo da operação para cima do lojista, deixando mais incentivos para o consumidor". Por outro lado, ele citou pesquisas que indicariam que os consumidores ficam mais dispostos a comprar quando "entram em uma loja com um cartão de crédito do que quando estão exclusivamente com cheques ou dinheiro".

Governo quer contemplar todos os radiodifusores no sistema digital

Durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que discutiu ontem a implantação do rádio digital no Brasil, o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Roberto Pinto Martins, afirmou que o Estado deve adotar o sistema que respeite as características do modelo brasileiro de radiodifusão, bem como contemple todos os radiodifusores. Para ele, a decisão não poderá excluir emissoras por questões de custo tecnológico.

Segundo o assessor técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) Ronald Siqueira Barbosa, ao adotarem o sistema Iboc, as empresas poderão continuar a transmitir suas programações analogicamente até que tenham condições de implantar o sistema digital. Para o assessor, também o público é beneficiado ao continuar recebendo sua programação

preferida sem a necessidade de haver mudança de frequência ou de identidade da emissora.

O gerente-geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequências da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Yapir Marotta, disse que a agência ainda não tem subsídios para fazer recomendações conclusivas ao Ministério das Comunicações em relação ao melhor sistema a adotar. Com relação às emissoras de rádio comunitárias, ele informou que não existem resultados conclusivos se elas poderão ser inseridas no sistema digital.

O professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB) Lúcio Martins da Silva advertiu que as empresas radiodifusoras precisarão investir cerca de US\$ 100 mil em equipamentos para transmitir de forma digital e que também os usuários precisarão comprar novos receptores.



Wellington Salgado (C), presidente da CCT, no debate sobre a implantação do rádio digital

Rádios comunitárias são excluídas de discussão, dizem representantes

O coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), José Guilherme Castro, disse que o debate sobre a implantação do rádio digital enfatiza a qualidade que o novo sistema oferecerá e não trata da democratização da informação, o que, para ele, inclui as rádios comunitárias. Ele também pediu anistia para os comunicadores comunitários que respondem a processos na Justiça.

As rádios comerciais recebem tratamento diferenciado em relação às comunitárias, afirmou José Castro. Segundo ele, a legislação é aplicada de forma desigual ao fiscalizar e punir as comunitárias, o que não ocorre com as comerciais.

– Quanto deve ser o saldo médio para não ser fiscalizado? Queremos vistas grossas para todos ou Polícia Federal para todos? – indagou José Castro, ao

argumentar que o erro do Estado é tratar as rádios comunitárias como "erva daninha".

Na opinião da presidente da Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária do Rio de Janeiro (Farc), Maria das Graças Rocha, a comunicação deve ser abordada como um direito das pessoas. Para ela, as rádios comunitárias desempenham importante papel ao dar oportunidade às comunidades para que se expressem. Ela salientou que tais rádios contribuem para a divulgação das tradições culturais, bem como prestam serviço de utilidade pública à comunidade.

Maria das Graças ainda criticou a proibição legal que impede as rádios comunitárias de captarem recursos publicitários. Ela destacou que sem financiamento as emissoras não podem sobreviver nem se adequar às novas tecnologias.



Jayme Campos (D) fala na reunião, acompanhado por Patrícia, Cícero Lucena e Gim Argello

Criação de ZPEs em Paragominas e Sinop é aprovada em comissão

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem pareceres favoráveis a dois projetos que tratam da criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs). Uma dessas áreas será em Sinop (MT) e a outra em Paragominas (PA). Ambas as propostas seguem agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação em decisão terminativa.

O projeto que propõe a ZPE de Sinop (PLS 439/07) é de autoria de Jayme Campos (DEM-MT). Em seu parecer favorável, a relatora da matéria, Kátia Abreu (DEM-TO), destacou a importância das ZPEs como instrumento para fomentar o desenvolvimento econômico. Em Sinop, a criação da área de comércio contribuirá para estimular o desenvolvimento

industrial da região, acredita a senadora.

Jayme Campos comemorou a aprovação da proposta na CDR e afirmou acreditar que as ZPEs no interior do país são uma "forma de acabar com o desequilíbrio de renda e desenvolvimento entre as regiões do Brasil". O senador disse esperar que o governo federal transforme em realidade as ZPEs, cuja criação compete ao Congresso autorizar.

A outra autorização acolhida pelo colegiado, prevista em projeto de Mário Couto (PSDB-PA), tem por objetivo estabelecer uma ZPE em Paragominas (PLS 554/07). Em parecer favorável, o relator do projeto, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), salientou que Paragominas tem infra-estrutura de transporte adequada.

Parlamento do Mercosul busca a participação da sociedade

O seminário O Parlamento do Mercosul e os Direitos Humanos, realizado na Câmara dos Deputados, debateu ontem maneiras de inserção da sociedade civil no Parlamento do Mercosul. Pela manhã, participaram do evento o presidente do Parlamento, o deputado uruguaio Roberto Conde, e o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), presidente da Representação Brasileira.

A procuradora federal Ela Wiecko, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, elogiou a criação do Parlamento do Mercosul, afirmando que o processo de integração sul-americana estava até então restrito ao campo econômico.

Outro aspecto abordado foi a situação dos direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes, nos países integrantes do Mercosul. O pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas, Maurício Santoro,

ressaltou que os países que fazem parte do bloco devem adotar uma política comum voltada à juventude.

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul, criticou a escassez de recursos para criação do órgão. Roberto Conde defendeu a instituição de um centro de memória sobre a repressão promovida pelos governos militares nos países que integram o Mercosul (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai).



Mesquita Júnior ouve Roberto Conde no seminário

Programa Desenvolvimento e Cidadania vai adotar novas metodologias de seleção pública de projetos visando ampliar participação na escolha das iniciativas

Petrobras investirá R\$ 1,2 bi em projetos sociais até 2012

A Petrobras prevê investir R\$ 1,2 bilhão em projetos sociais até 2012, informou ontem Luiz Fernando Nery, gerente de Responsabilidade Social da empresa, durante audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). Conforme salientou, o programa Desenvolvimento e Cidadania Petrobras, que integra o plano de negócios da empresa, adotará novas metodologias de seleção pública dos projetos com o objetivo de ampliar a participação na escolha das iniciativas que serão apoiadas.

Paulo Paim (PT-RS) e Patrícia Saboya (PDT-CE), respectivamente presidentes da CDH e da CAS, elogiaram o compromisso da Petrobras com o desenvolvimento do país e destacaram as contribuições na redução das desigualdades, no apoio a crianças e adolescentes e na geração de oportunidades para grupos excluídos.

Luiz Fernando Nery fez um balanço do programa Petrobras Fome Zero, realizado de 2003 a 2007, o qual aplicou R\$ 386 milhões em 2,5 mil projetos de desenvolvimento social, promovendo o atendimento direto a 2,4



Na audiência, Luis Fernando, Paulo Paim, Patrícia Saboya, Lídia Colaço e Cláudia Maria

milhões de pessoas e indireto a 8 milhões de brasileiros.

Licença-maternidade

Ao reconhecer as contribuições da Petrobras para a proteção de crianças e adolescentes, Patrícia Saboya sugeriu a adoção da licença-maternidade de seis meses para as funcionárias. Em resposta, Luiz Fernando Nery comprometeu-se a levar a proposição ao presidente da empresa.

Durante o debate, Cristovam Buarque (PDT-DF) parabenizou a Petrobras pelos resultados obtidos, mas propôs que a empresa dê prioridade à educação.

Roberto Laureano da Rocha, líder do Movimento Nacional dos Catadores, ressaltou a importância da parceria com a Petrobras,

mas lembrou que ainda há muito a ser feito para melhorar as condições de vida e trabalho de 1 milhão de catadores existentes no país. Nesse sentido, Paulo Paim destacou a apresentação da PLS 618/07, que regulamenta a profissão dos catadores de materiais recicláveis, em tramitação no Senado.

Também participaram da audiência e elogiaram o exemplo de responsabilidade social da Petrobras Cláudia Maria Jeunon, assessora de Responsabilidade da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Lídia Colaço Pereira, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e Salete Velesan, do Instituto Paulo Freire.

Marconi quer explicações de ministros sobre campo de petróleo

Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que apresentou três requerimentos convocando os ministros de Minas e Energia, Nelson Hubner, e do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para prestar esclarecimentos ao Senado sobre a descoberta do campo petrolífero de Tupi, na bacia de Santos.

– É inegável a importância da descoberta de Tupi. Entretanto, algumas dúvidas ainda permeiam esse acontecimento em relação à quantidade das reservas que serão transformadas, qual será o custo da extração, já que foi encontrada em uma profundidade em que a Petrobras não atua, e quando começaria a produção de fato – assinalou.

Venezuela

Marconi lamentou o fato de Lula ter defendido o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmando recentemente que existe plena liberdade democrática naquele país.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) voltou a sugerir que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) suspenda a análise da proposta que prevê a entrada daquele país no Mercosul, que voltaria a ser apreciada conforme o desenrolar dos acontecimentos políticos na Venezuela.

A proposição recebeu o apoio de Marconi Perillo, mas desagradou a Eduardo Suplicy (PT-SP), que a classificou de antidemocrática e contrária ao Regimento Interno do Senado. Em resposta,



Marconi: há dúvidas sobre quantidade de reservas e preço de extração

Marconi Perillo disse que a entrada da Venezuela no Mercosul rompe com a cláusula democrática do protocolo de criação do bloco.

Marconi criticou ainda a saída de quatro pesquisadores do Ipea, afastados por determinação do novo presidente do órgão, Márcio Pochmann.

Em aparte, Marcelo Crivella (PRB-RJ) salientou que Pochmann agiu de acordo com as regras do serviço público.

Senado homenageia os mórmons

O Plenário homenageou ontem os missionários da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, também conhecida como Igreja Mórmon, que iniciaram suas pregações no Brasil há 80 anos. A homenagem foi solicitada por Edison Lobão (PMDB-MA), o primeiro a discursar. Os mórmons foram exaltados ainda em pronunciamentos de Alvaro

Dias (PSDB-PR), Romeu Tuma (PTB-SP) e Mão Santa (PMDB-PI), e, em apartes, por Eduardo Suplicy (PT-SP), Gerson Camata (PMDB-ES) e Marconi Perillo (PSDB-GO). Compuseram a mesa Ronaldo Costa, representante da igreja, e Murad Karabachian, presidente da Câmara Brasileira de Comércio de Utah (estado americano onde está sediada a instituição), entre outros.

Edison Lobão



Leopoldo Silva

“Família é a base principal do equilíbrio social”

Edison Lobão destacou que a Igreja Mórmon é uma das que mais crescem no mundo e tem no Paraná e em Santa Catarina cerca de 800 mil seguidores. Segundo o senador, o dia-a-dia de um mórmon é rigoroso, o que torna essa religião elogiada por muitos.

– Eles são disciplinados, cumprem uma programação rigorosa, assumem compromissos e os realizam, têm comportamento reservado e são honestos. Assim, em tempos de violência e de dificuldade em organizar a vida, muitos vêem a conduta mórmon como uma orientação e como um exemplo a ser seguido – afirmou Lobão, salientando que eles valorizam o casamento como instituição sagrada e a família como “base principal do equilíbrio social”.

Lobão recordou a história da igreja, fundada por Joseph Smith em Nova York. Mais tarde, disse o parlamentar, o primeiro grupo de seguidores migrou para o oeste dos Estados Unidos, estabelecendo-se em Utah, onde fundaram Salt Lake City, que sedia a igreja.

– Os mórmons já conquistaram o Brasil, porque o país está entre os maiores seguidores da religião – ressaltou o parlamentar.

Alvaro Dias



Leopoldo Silva

Trabalho social marca atuação da igreja no país

A atuação social da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias foi aplaudida por Alvaro Dias, que citou, entre as iniciativas dos mórmons, o serviço voluntário chamado “Mãos que ajudam”, que reuniu, no último dia 7 de setembro, 60 mil membros e amigos da igreja para trabalhar na reforma de 284 escolas públicas em todo o país.

– No ano passado, o “Mãos que ajudam” foi direcionado à reforma de roupas hospitalares de 290 hospitais públicos de 190 cidades. A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias também mantém um importante trabalho de assistência humanitária em todo o mundo. Cerca de 163 países já receberam ajuda em aportes expressivos tanto de dinheiro quanto de material – afirmou.

Alvaro registrou ainda que no dia 12 de outubro a igreja mobilizou no país mais de 50 mil crianças para trabalhar na revitalização de 320 praças e parques públicos.

O senador acrescentou que os mórmons promovem periodicamente campanhas de doação de sangue e se mobilizam para auxiliar na limpeza e reforma de asilos.

Romeu Tuma



Leopoldo Silva

Paz depende do coração de cada um

A pregação em favor da paz feita pela instituição religiosa foi ressaltada por Romeu Tuma, que disse ter se sensibilizado quando os demais senadores falaram na importância que os mórmons dão à família. Muito emocionado, ele lembrou que está casado há 48 anos, tem quatro filhos, nove netos e uma bisneta e quando consegue reuni-los, sua esposa pára o que estiver fazendo para se dedicar ao convívio familiar.

– Uma família unida traz as bênçãos de Deus na mesma hora. Quem consegue ser feliz, ter amor ao próximo, sem o convívio de uma família? – questionou.

O senador disse que não se pode ser egoísta e que é preciso somar para ajudar o semelhante. A seu ver, todos têm um compromisso com Jesus de dedicar cada minuto de vida a auxiliar o próximo. Ele ressaltou que a paz depende do coração de cada um, como pregam os mórmons.

Em outro pronunciamento, Tuma afirmou que o Caminho de Abraão – inspirado no de Santiago de Compostela –, jornada feita a pé por peregrinos entre Harran, na Turquia, e Hebron, na Cisjordânia, poderá levar à paz no Oriente Médio.

Mão Santa



Leopoldo Silva

Ação religiosa contribui para reduzir violência

Mão Santa ressaltou, em seu pronunciamento, o efeito da redução dos índices de violência em favelas e áreas pobres no país onde se acham presentes igrejas.

O senador disse ter despertado para a importância da atividade das igrejas na diminuição da violência urbana a partir de depoimento de jornalista em audiência pública realizada no Senado sobre o crescimento da violência no país e a crise no setor de segurança pública.

– O jornalista observou que nas favelas e bairros pobres onde havia uma igreja a criminalidade era menor. Então, este país precisa de Deus. Saia daqui e trabalhem mais. Nós temos muito poucas igrejas mórmons. Muito poucas! Nós não temos 1 milhão de seguidores ainda! O Brasil já está com 187 milhões! Nós não temos 1%! – assinalou Mão Santa, se dirigindo aos religiosos presentes no Plenário.

O senador afirmou que, em seus 65 anos de vida, já conviveu com muita gente, para acrescentar que quem mais o comoveu, entretanto, foi seu motorista Bento, um mórmon, pela sua grandeza, firmeza e dignidade.



Célio Azevedo

João Carlos, Monteiro, Kipman, Azeredo (dirigindo reunião) e Paranhos

CRE acolhe a indicação de mais quatro embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem quatro mensagens presidenciais indicando diplomatas de carreira para exercerem o cargo de embaixador na Unesco, na Rússia, no Haiti e no Timor Leste. As indicações serão incluídas na ordem do dia do Plenário.

A primeira designação é de João Carlos de Souza Gomes para delegado permanente do Brasil na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Paris. Em seu parecer favorável, Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou, entre as prioridades do Brasil junto à Unesco, a defesa da permanência da condição de Patrimônio Cultural da Humanidade que já contemplam cidades como Ouro Preto, Salvador e Brasília, “esta última ameaçada por muitas pessoas que sonham em romper esses status, movidas

pelo espírito da especulação imobiliária”.

A segunda mensagem indica como embaixador na Rússia, e cumulativamente, em Belarus, o diplomata Carlos Antonio da Rocha Paranhos. Em sua exposição, ele destacou a dinamização das relações entre os dois países desde a visita do então presidente José Sarney, em 1988, à antiga União Soviética.

Outra mensagem acolhida pela CRE designa Igor Kipman para embaixador no Haiti. No seu parecer, Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância da presença das tropas de paz das Nações Unidas, lideradas pelo Brasil, na pacificação do país, que enfrentou tempos difíceis durante décadas.

Com relatório favorável de Fátima Cleide (PT-RO), a CRE aprovou ainda a indicação de Edson Marinho Duarte Monteiro para chefiar a embaixada em Timor-Leste.

Comissão aprova voto de aplauso ao rei Juan Carlos

Voto de aplauso ao rei Juan Carlos, da Espanha, pela advertência ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para que se calasse, por ocasião da 17ª Cúpula Ibero-Americana, realizada este mês em Santiago do Chile, foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor da proposta para o voto de aplauso, afirmou que a admoestação foi apropriada, diante das reiteradas interrupções de Chávez ao discurso do primeiro-ministro espa-

nhol José Luiz Zapatero. Segundo o senador, esse procedimento vem sendo repetido pelo presidente venezuelano em reuniões de cúpulas multilaterais, causando constrangimento aos presentes.

A CRE acolheu ainda tratado entre o Brasil e os Estados Unidos que visa facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, para desobstruir as operações relativas a aquisição, venda e compra, em cidades de ambos os países. A proposta segue para o Plenário.